

ENERGIA LIMPA

Plano para reduzir fósseis

Governo deve apresentar, em 60 dias, uma proposta para redução dos combustíveis poluentes no país, com previsão de financiamento

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ontem que quatro dos seus ministérios elaborem uma proposta para a redução do uso de combustíveis fósseis no Brasil. A ordem foi dada aos ministérios de Minas e Energia, da Fazenda, do Meio Ambiente e Mudança do Clima e à Casa Civil, e o plano deve ser entregue em 60 dias. A iniciativa deve incluir ainda o desenho do Fundo para a Transição Energética, que será financiado por parte das receitas federais com a exploração de petróleo e gás natural. O despacho foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de segunda-feira. Após criada, a proposta será avaliada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Segundo Lula, o plano deve "estabelecer diretrizes para elaboração do mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, com vistas à redução gradativa da dependência de combustíveis fósseis no país, e de propor mecanismos de financiamento adequados à implementação da política de transição energética". O tema, porém, aponta contradição no rumo tomado pelo governo federal. Nos últimos meses, o Executivo autorizou a exploração de petróleo na Margem Equatorial, próxima à Foz do Amazonas, e realizou leilão de novas áreas do Pré-Sal, que abarcava os litorâneos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A produção de petróleo e gás brasileira atingiu novo recorde neste ano, com 5,255 milhões de barris de óleo equivalente por dia em outubro. Somente de petróleo foram 4,030 milhões de barris

Tibico Brasil/Divulgação BNB



O governo federal defende a criação de uma agenda — o mapa do caminho — para transição energética para fontes como a eólica e a solar

diários, aumento de 23,2% em relação ao mesmo mês do ano passado. Projeções do Ministério de Minas e Energia estimam que o país pode atingir 4,9 milhões de barris de petróleo por dia em 2025, com pico de 5,1 milhões em 2032. Isso contraria a meta global, estabelecida no Acordo de Paris, para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis a partir de 2030.

Segundo o estudo The Production Gap Report 2025, publicado em setembro pelo Instituto do Meio Ambiente de Estocolmo, mostra que os países pretendem

produzir 120% mais petróleo — mais do que o dobro — em 2030 do que o permitido segundo o Acordo, contrariando a necessidade de se limitar o aumento da temperatura média em 15°C.

Apesar da expansão planejada pelo Brasil, o presidente Lula passou a defender publicamente a criação de um "mapa do caminho" para o fim dos combustíveis fósseis durante a COP30, em Belém. A diplomacia conseguiu angariar apoio de mais de 80 países, mas também sofreu resistência considerável de outras nações, especialmente dos

grandes produtores de petróleo. O tema ficou de fora da declaração final da conferência. Porém, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, disse que o plano continuará em discussão até a próxima cúpula climática, no final do ano que vem.

Fundo energético

O presidente Lula defende publicamente a exploração de petróleo, e argumenta que os recursos serão necessários para financiar a transição energética para fontes

como a eólica e a solar, bem como para os biocombustíveis. Daí o fundo que será criado pelo governo federal, anunciado pela primeira vez por Lula no dia 7 de novembro, durante a Cúpula de Chefes de Estado que antecedeu a COP.

"Direcionar parte dos lucros com a exploração de petróleo para transição energética permanece um caminho válido para os países em desenvolvimento. O Brasil estabelecerá um fundo dessa natureza para financiar o enfrentamento da mudança do clima e promover justiça climática", discursou o petista.

Tecnologia offshore

Um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO) prevê a criação do Centro Temático de Energia Renovável no Oceano - Energia Azul. Por meio dele, serão desenvolvidas quatro tecnologias para produção de energia renovável offshore (em alto-mar): conversão de energia das ondas, correntes de maré, gradiente térmico do oceano (OTEC) e produção de hidrogênio verde.

Para colocar o projeto em prática, o instituto venceu, recentemente, um edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no valor de cerca de R\$ 15 milhões.

Segundo o INPO, as soluções têm aplicação industrial e podem reduzir emissões em setores de difícil abatimento, o que inclui plataformas de óleo e gás, fertilizantes, siderurgia, transporte e cimento. As unidades flutuantes que hoje utilizam turbinas movidas a gás natural, por exemplo, poderão substituir parte da geração por fontes limpas produzidas no oceano.

O diretor-geral do INPO, Segen Estefen, reforça o potencial estratégico da iniciativa.

"A disponibilidade de recursos renováveis no oceano e a experiência brasileira em atividades offshore são diferenciais importantes. Podemos transformar o oceano em um aliado estratégico na transição energética, produzindo eletricidade, hidrogênio e água dessalinizada de forma sustentável", diz ele. (Agência Brasil)

ENTRETENIMENTO

Paramount na disputa pela Warner

» PEDRO JOSÉ*

A Paramount iniciou uma ofensiva para comprar a totalidade da Warner Bros. Discovery (WBD), abrindo disputa direta com a Netflix, que, na semana passada, anunciou acordo para adquirir apenas os estúdios Warner Bros., a HBO e a plataforma HBO Max. A nova proposta totaliza US\$ 108,4 bilhões, oferta maior que a da Netflix, que anunciou a aquisição por US\$ 72 bilhões.

A oferta da Paramount prevê pagamento integral de US\$ 30 por ação. O pacote oferecido pela Netflix reúne US\$ 27,75 por ação, além de participação na futura empresa que abrigará o braço de TV linear da WBD.

Em comunicado, a Paramount classificou o acordo firmado com a Netflix como uma alternativa de "menor valor" para os acionistas. A empresa também contestou a divisão da WBD entre estúdios/streaming e redes de TV, chamando a estratégia de "insustentável" em função do nível de endividamento previsto para a operação.

O grupo liderado por David Ellison informou que a proposta conta com financiamento de fundos soberanos da Arábia Saudita, Catar e Abu Dhabi, além da gestora Affinity Partners. O consórcio retirou a gigante chinesa Tencent da composição, após preocupações levantadas pelo conselho da WBD.

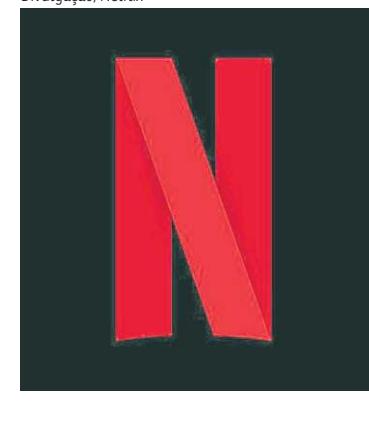
Ellison afirmou que a decisão de levar a oferta ao público busca permitir que os acionistas façam sua própria avaliação da proposta. "Os acionistas da WBD merecem a oportunidade de considerar nossa oferta integralmente em dinheiro. Estamos levando a proposta diretamente a eles para que possam agir conforme seus interesses", declarou.

A Paramount também lançou o site "StrongerHollywood", no qual defende que sua aquisição fortaleceria a indústria e ampliará a produção de conteúdo. Ellison argumentou que o negócio geraria "competição ampliada, maior volume de lançamentos e mais filmes em salas de cinema".

O acordo entre Netflix e WBD, firmado em 5 de dezembro, prevê



A proposta da Paramount totaliza US\$ 108,4 bilhões



Netflix havia anunciado a aquisição por US\$ 72 bilhões.

A advogada explica que caso a Warner cancele o acordo com a Paramount, a empresa teria de pagar uma multa rescisória estimada em US\$ 2,8 bilhões. Antes disso, porém, ela seria obrigada a notificar a Netflix e oferecer a oportunidade de igualar ou superar a proposta rival. Ferreira acrescenta que "a Paramount com certeza já considerou essa multa no seu modelo financeiro".

Ela destaca, ainda, que o contrato inclui multas em outros cenários. Caso o negócio fracasse por razões regulatórias, a dinâmica seria inversa: "se o acordo com a Netflix fracassar por razões regulatórias, e não por troca de comprador, a Netflix teria de pagar à Warner uma multa reversa estimada em US\$ 5,8 bilhões", observou.

Sobre a situação atual do acordo, Ferreira afirma que o contrato definitivo já foi assinado, mas está longe de concluído. "Um acordo definitivo foi assinado em 5 de dezembro", explica. A operação prevê a aquisição dos estúdios e ativos de streaming da Warner após a cisão da divisão de redes, mas a compra depende de etapas adicionais. "Normalmente existem duas fases: a data de assinatura, que já ocorreu, e a data de fechamento, que depende do cumprimento de certas condições e está projetada para ocorrer em 12 a 18 meses", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Doe seu IR
para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar até 6% do seu Imposto de Renda — seja a pagar ou a restituir — para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.







Contamos com o seu apoio!
doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886  (41) 99962-4461